

Economia - Brasil

Empresários comentam o novo pacote

São Paulo — Os empresários de São Paulo tiveram dois tipos de reações opositas em relação ao "pacote" editado ontem pelo Governo. Alguns deles, como Antônio Ermírio de Moraes e Rodolfo Bonfiglioli, consideram as medidas corajosas e acertadas. Outros como Dilson Fundaro e Pedro Eberhardt entendem que houve uma penalização do poder aquisitivo via salário e que os trabalhadores sofrerão a maior carga do combate à inflação.

O presidente da Corporação Bonfiglioli e do Banco Auxiliar, Rodolfo Bonfiglioli, considerou que as atuais medidas irão surtir o efeito necessário para conter a inflação e sanear a economia brasileira. Em sua opinião, o tabelamento dos juros e fixação dos reajustes salariais padrões de acordo com o INPC permitirão uma certa folga para as atividades industriais e comerciais.

Indagado se os banqueiros seguirão as regras do jogo (tabelamento dos juros), Bonfiglioli respondeu que não tem nenhuma dúvida quanto ao fato: "acompanharemos os números do Governo; os bancos estão preparados para isso e levarão estes números a sério". Ele disse ainda que não acredita em um profundamento da recessão como consequência das medidas governamentais, mas, o contrário, haverá um incentivo à atividade industrial.

"Tratam-se de medidas muito corajosas", concluiu.

Quanto ao tabelamento dos juros, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, presidente da Votorantim, considerou-a uma medida necessariamente da crise econômica. Ele lembra que, há tempos vem defendendo esta posição. Perguntado se os bancos não dificultariam o controle dos juros com medidas paralelas: aumento da reciprocidade ou investimentos obrigatórios (situação em que cairia o juro, mas manteria o custo financeiro elevado), Antônio Ermírio de Moraes contestou dizendo que, é uma obrigação de toda a população fiscalizar a atuação dos bancos: "os estabelecimentos bancários que não seguirem o tabelamento devem ser denunciados".

Já Pedro Eberhardt, presidente do Sindipeças, considera que a maior dificuldade em relação ao tabelamento dos juros é exatamente o controle sobre os bancos. "Ao contrário do que ocorre com a fixação do reajuste via INPC, onde todos os trabalhadores são submetidos, no tabelamento os bancos possuem diversas maneiras para fugirem: reciprocidade e investimentos paralelos". Em todo caso, ele considera que a fixação das taxas de juros para os bancos é uma primeira medida importante no combate à inflação.

O empresário Dilson Funaro, presidente da Trol e ex-diretor da Fiesp, considera as medidas do Governo atrasadas em no mínimo dois anos. Em sua opinião, é muito importante que o Governo proceda uma desindexação sobre o capital (rendimentos), procedendo uma desindexação na correção monetária. Funaro diz que a primeira medida a ser tomada realmente para pôr fim a orgia financeira.

Em relação ao INPC e o reajuste salarial, Dilson Funaro não gostou da abertura de possibilidade feita pelo Governo em relação à livre negociação. "Não existe livre negociação quando há recessão. Não é correto, porque a disparidade de forças é muito grande. Os trabalhadores saem perdendo".

Para Funaro, o problema da economia brasileira está em administrar corretamente a crise. "Ou seja, estabelecer quem perde e quem ganha diante do combate à inflação. Aqui, eu insisto que o capital financeiro é o primeiro a ser combatido".

Pedro Eberhardt coloca, no entanto, que o problema salarial do pacote é o aumento da recessão. "Trata-se sem dúvida de um agrupado de medidas recessão-nistas, porque o poder aquisitivo da população se reduzirá. Não acredito que o nível de emprego pare de cair. Em minha opinião, ele continuará decrescendo, em função, justamente da redução do poder aquisitivo".

O presidente do Sindipeças é incisivo em sua afirmação final: "O problema das medidas é que em dois quem suportar a crise e a recessão crescerá. Só que resta a pergunta: quem aguentará até lá?" Em relação à inflação Eberhardt ressalta que ela cairá com as medidas tomadas, porque haverá redução das atividades econômicas.